

MANIFESTO DAS VOZES DOS TERRITÓRIOS POR UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E POPULAR.

Nós somos povos do campo, das florestas, das águas, agricultores(as), povos originários, quilombolas, pescadores(as) tradicionais, extrativistas, caatingueiros, sertanejos, entre outros povos e comunidades tradicionais, pesquisadores(as), representantes de pastorais, fóruns, sindicatos, organizações e movimentos sociais, entidades de ensino e pesquisa, representando uma significativa mostra da expressão das identidades coletivas dos territórios e da diversidade da população brasileira.

Defendemos uma transição energética justa e popular que considere processos politicamente democráticos, economicamente solidários, culturalmente dialógicos e ecologicamente sustentáveis, na qual todos os saberes tenham chances iguais de expressarem as visões e práticas; que proteja nossas águas e terras, o nosso território, que respeitem a nossa biodiversidade, nossa cultura e modo de vida; que valoriza as mulheres, as juventudes, as crianças e os idosos; que utiliza princípios agroecológicos, desenvolve alternativas sustentáveis de convivência com o semiárido e nos biomas da Caatinga e Costeiro; que considera o direito à produção de alimentos e à cultura alimentar, às nossas tradições e ancestralidades, contrapondo-se às estruturas que promovem o racismo ambiental e social estruturado no sistema capitalista, colonial e patriarcal.

Ecoam dos territórios, as vozes que denunciam os projetos de morte deste modelo desenvolvimentista e de práticas criminosas que contribuem para a ampliação das vulnerabilidades e do aumento das desigualdades, sobretudo de segmentos historicamente invisibilizados. Esse modelo de produção de energia de fontes renováveis se apropria dos bens naturais estratégicos, gera ínfimos e precários postos de trabalho e retira direitos historicamente conquistados, gerando uma desproteção social a agricultores/as familiares e pescadores/as artesanais, não reconhecendo os direitos da natureza.

Em nome do combate às mudanças climáticas, esse modelo proposto pelas classes dominantes gera:

• conflitos nos territórios, desunião nas comunidades a partir do assédio das empresas junto a lideranças e suas famílias;

• perda da terra e do território, falta de acessos às comunidades pelas estradas abertas que impedem o acesso dos pescadores(as) ao mar e dificultam o escoamento da produção dos agricultores;

• violação da soberania alimentar, dos direitos de produzir alimentos de verdade;

• apropriação dos corpos das mulheres, dos sonhos das juventudes, da saúde das pessoas atingidas diretamente a partir do barulho intermitente das torres e da subestação, evidenciados a partir das doenças respiratórias, de pele e insônia, ansiedades, depressão, entre outros males;

• empregos temporários e perda da condição de seguridade especial da previdência social de pescadores/as e agricultores/as familiares;

• degradação ambiental com o desmatamento da caatinga, explosão das serras, apropriação da água, contaminação do lençol freático em área de dunas, concentração de terras, exploração dos minérios, assim como alterações na flora e fauna com mudança de rotas de pássaros e abelhas, distanciamento dos cardumes em locais costumeiros de pescaartesanal, alteração na reprodução dos animais e aumento da mortandade dos mesmos;

• a desapropriação, expulsão das pessoas dos territórios, provocando a migração e o êxodo rural;

• perda dos patrimônios paisagístico, arqueológico, cultural e natural nas comunidades e territórios;

• o não cumprimento do princípio da prevenção, da precaução e da participação conforme estabelece os preceitos constitucionais e internacionais dos quais o Brasil é signatário como a Convenção 169 da OlT que obriga a consulta livre e esclarecida aos povos e comunidades tradicionais, além dos direitos reconhecidos na Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - DHESCA;

• a falta de compromissos políticos que contenha um marco regulatório, que constitua um planejamento territorial inclusivo, que efetive os protocolos nas comunidades, a titularização das terras, o reconhecimento dos territórios tradicionais dos povos originários, quilombolas, da pesca artesanal, de unidades de conservação, das áreas sensíveis, entre outros instrumentos legais;

• ameaças ao modo de vida dos territórios da pesca artesanal e privatização do território marinho, bioma de grande produção de oxigênio de geração de alimentos;

Tudo isto causa uma profunda violação dos direitos humanos, sociais e da natureza. Basta de violações! Queremos uma transição energética justa, popular e participativa.

Como Povos de luta e resistência que somos, conclamamos toda a população a conhecer esta realidade e a se posicionar politicamente em favor da vida, da manutenção dos bens comuns e da soberania dos povos contra todas as estruturas injustas que oprimem e exploram a população mais fragilizada. Isso significa um convite pela luta em defesa da vida, por uma sociedade mais justa com participação e igualdade.



MANIFESTO DAS VOZES DOS TERRITÓRIOS POR UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E POPULAR.

Alertamos reiteradamente importância de efetivar estratégias intersetoriais já concretizadas em iniciativas sociais e públicas. É hora de reafirmar compromissos por uma transição energética que considere a participação popular com paridade de conhecimentos e informações diante das relações desiguais e dos conflitos de interesses.

Igualmente, conclamamos as três esferas da federação de poder de governo e suas instâncias para saírem da inércia e se comprometerem com o cumprimento da constituição cidadã para garantir salvaguardas, respeito e aplicação da legislação a fim de proteger os territórios que têm sido degradados cultural, social e ambientalmente nas suas tradições a uma escala crescente e irreversível, bem como colocar em pauta agendas estruturantes historicamente reivindicadas como a reforma agrária, acesso a crédito, energia, de segurança alimentar e hídrica, renda mínima e proteção social.

Urge a resolução de todos os passivos ambientais, sociais, econômicos e culturais provocados pela implantação de parques eólicas e fotovoltaicos, já em operação ou em construção, que se configuram como atual nova fronteira de expansão das renováveis no país. É urgente a criação de um sistema federal que garanta a uma política energética que aconteça de forma totalmente responsável, com efetivo controle social sobre as empresas de toda a cadeia de produção e sobre as instituições financiadoras.

Estamos atentos/as, mobilizados/a e incidindo nas comunidades, nos territórios, entre os povos e comunidades tradicionais, nos fóruns, nos sindicatos, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nos conselhos e nas articulações em nível nacional e internacional em um movimento das pessoas atingidas pelas renováveis. Se as pessoas e o meio ambiente estão em risco, estamos todos e todas em risco!

Natal, 27 de outubro de 2023.

Assinam esse manifesto:

1. SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL E URBANO -SAR
2. FÓRUM DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA SÓCIOAMBIENTAL- Núcleo RN
3. ABEFC-ARTICULAÇÃO BRASILEIRA PELA ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA
4. ACAMPAMENTO BALDOINO
5. AJAGUN OBINRIN - MOVIMENTO NEGRO E DE MULHERES NEGRAS
6. ANTROPOS CONSULTORIA SOCIOAMBIENTAL



7. APAG

8. ARTICULAÇÃO POVOS DE LUTA DO CEARÁ – ARPOLU-CE

9. ASA POTIGUAR

10. AS-PTA

11. ASSENTAMENTO JOSÉ MILANÊS

12. ASSESSORIA CIRANDAS

13. ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA BOA VISTA DOS NEGROS

14. ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE BURACO DE LAGOA

15. ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS DE GUAMARE - APAG

16. ASSOCIAÇÃO MACAMBIRA 2

17. ASSOCIAÇÃO RURAL DE MULHERES DO SÍTIO DE DENTRO LAGOA

18. ASSOCIAÇÃO SANTA LUZIA + QUINTAL PRODUTIVO DO ASSENTAMENTO MODELO ll

19. ASSOCIAÇÃO SEBASTIÃO ANDRADE DE LIMA - ROSADO

20. CÁRITAS

21. CENTRO DE FORMAÇÃO SANTOS MILANI

22. CIRS UFRN - CIRS - GRUPO DE PESQUISA CULTURA, IDENTIDADE ER EPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DA UFRN

23. COLETIVO MULHERES CONQUISTANDO AUTONOMIA ENXU QUEIMADO PEDRA GRANDE RN

24. COLÔNIA DE PESCADORES E MARICULTURA Z-9 DE MACAU RN

25. COLÔNIA DE PESCADORES Z-30 DE GALINHOS

26. COMITÊ DE DEFESA DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS

27. COMITÊ DE ENERGIA RENOVÁVEL.DO SEMIÁRIDO-CERSA

28. COMUNIDADE ARTHUR SABINO -ASSU

29. COMUNIDADE SERRA VERDE

30. CONAC

31. CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

32. CPP -COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES - REGIONAL NORDESTE 2

33. CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA 2/CPT NE2

34. CRDH-UFRN

35. CRECON- UFRN

36. ENGAJAMUNDO

37. FETARN

38. GRUPO AMBIENTALISTA DA BAHIA – GAMBÁ

39. GRUPO DE PESQUISA GEOGRAFAR/BA

40. GRUPO DE PESQUISA TERRITÓRIOS DO SEMIÁRIDO (SEMIAR/UFRN)

41. GRUPO MULHERES DE MARIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MACAMBIRA

42. GRUPO QUILOMBOLA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA SACO DOS PEREIRAS

43. INSTITUTO SERIDÓ VIVO

44. INSTITUTO TERRAMAR

45. ISER-INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO

46. LABRURAL UFRN- LABORATÓRIO DE ESTUDOS RURAIS UFRN

47. LIDERANÇAS INDÍGENAS POTIGUARAS DO TERRITÓRIO DO AMARELÃO

48. LISAT-LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR SOCIEDADES, AMBIENTES E TERRITÓRIOS

49. MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES MMM

50. MARCHA PELA VIDA DAS MULHERES

51. MISSÃO JEREMIAS

52. MLST - DIREÇÃO NACIONAL

53. MNT - MOVIMENTO NOSSA TERRA

54. MOTYRUM URBANO

55. MOVIMENTO DE PESCADORES E PESCADORES DO BRASIL-MPP

56. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA -MST

57. MOVIMENTO FÉ NO CLIMA

58. MOVIMENTO LAUDATO SI

59. MOVIMENTO NACIONAL DAS PESCADORAS

60. ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR DA BORBOREMA

61. PASTORAL DA CRIANÇA

62. PESCADOR DA COMUNIDADE DE BARREIRAS

63. PESSOAS ATINGIDAS PELAS RENOVÁVEIS DO TERRITÓRIO ASSÚ/MOSSORÓ

64. PESSOAS ATINGIDAS PELAS RENOVÁVEIS DO TERRITÓRIO MATO GRANDE

65. PESSOAS ATINGIDAS PELAS RENOVÁVEIS DO TERRITÓRIO SERTÃO CENTRAL CABUGI E LITORAL NORTE

66. PESSOAS ATINGIDAS PELAS RENOVÁVEIS DO TERRITÓRIO DA PESCA ARTESANAL;

67. PESSOAS ATINGIDAS PELAS RENOVÁVEIS DO TERRITÓRIO SERIDÓ

68. POLO SINDICAL BORBOREMA

69. PROJETO DOM QUIXOTE/UFPB

70. GPACE/UFRGS

71. QUILOMBO DE BELA VISTA PIATÓ

72. RECID-RN

73. REDE DE COLEGIADOS TERRITORIAIS DO RN

74. REDE MANGUE MAR

75. SERVIÇO DE APOIO AOS PROJETOS ALTERNATIVOS COMUNITÁRIOS (SEAPAC)

76. SINDICATO RURAL - PEDRO AVELINO, TIBAU, JANDAÍRA

77. SÍTIO UMARIZEIRO

78. STRAAF – SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES FAMILIARES

79. VILA NOVA

80. VILA NOVA 1